

Campanha Salarial 2009

Índice de defasagem das diárias chega a 80,84%

Há nove anos os valores das diárias de viagens a serviço não são reajustados. A defasagem no período alcança 80,84%, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE (Quadro 1).

Só isso já justifica a luta dos servidores para ver a indenização reajustada, reivindicação defendida na Campanha Salarial 2009. Mas há outros fortes argumentos. Os valores pagos não são suficientes para custear as despesas que o artigo 58, da Lei 8.112/90 determina como finalidade das diárias: "...destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana...".

Atualmente, as diárias no Executivo federal variam de R\$ 26,85 a R\$ 98,86, conforme a situação funcional do servidor (Decreto 6.258/07). A esses valores é acrescida uma importância que vai de 50% a 90% da diária dependendo do local da viagem (Quadro 2).

Uma realidade bem diferente vive o Judiciário e o Legislativo. Em decisão de 28.04, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu que as diárias dos servidores do Judiciário alcançam até 60% do valor pago aos magistrados, ou seja, R\$ 368,40. Já o Legislativo paga R\$ 330 de diária em viagens nacionais.

O próprio ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reconheceu que os valores não são adequados à realidade do país, quando anunciou, em março, que o governo daria início a um estudo para redefinir as diárias dos ministros, levando em conta preços de hotéis e de alimentação, além dos valores pagos pelos outros poderes. Na época, cogitou-se algo entre R\$ 400 e R\$ 450.

Em 17 de junho, o Sindsep-DF e demais sindicatos da Condsef realizam um ato público da Campanha Salarial 2009. Conheça os eixos no www.sindsep-df.com.br. Participe! É a unidade da categoria que garante as vitórias.

Quadro 1: Variação (%) de alguns indicadores no período de outubro de 2000 a janeiro de 2009

INDICADORES	VARIAÇÃO %
Índice de Custo de Vida- ICV/DIEESE	77,10
Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC/IBGE	80,84
Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA/IBGE	74,48

Fontes: Dieese e IBGE

Quadro 2: Anexo do Decreto nº 6.258, de 19 de novembro de 2007

CLASSIFICAÇÃO DO CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO	VALOR DA DIÁRIA EM R\$
A) Cargos de Natureza Especial, DAS-6 e CD-1; e - Presidentes, Diretores e FDS-1 do BACEN	98,86
B) DAS-5, DAS-4, DAS-3 e CD-2, CD-3 e CD-4; - FDE-1, FDE-2, FDT-1, FCA-1, FCA-2, FCA-3; - Cargos Comissionados Temporários do BACEN; - FCT1, FCT2, FCT3; e - GTS1, GTS2, GTS3.	82,47
C) DAS-2 e DAS-1; - FDO-1, FCA-4 e FCA-5 do BACEN; - Cargos de Nível Superior; e - FCT4, FCT5, FCT6, FCT7.	68,72
D) FG-1, FG-2, FG-3 e GR; - FST-1, FST-2 e FST-3 do BACEN; - Cargos de Nível Médio (BACEN), de Nível Intermediário e de Nível Auxiliar; e - FCT8, FCT9, FCT10, FCT11, FCT12, FCT13, FCT14, FCT15.	57,28
E) Indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216/91, e o art. 15 da Lei nº 8.270/91.	26,85
O valor da diária dos grupos "A", "B", "C" e "D" será acrescido da importância correspondente a:	
LOCAIS	
90	Nos deslocamentos para as cidades de Brasília DF e Manaus-AM.
80	Nos deslocamentos para as cidades de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Belém-PA, Fortaleza-CE e Salvador-BA.
70	Nos deslocamentos para as demais capitais dos Estados.
50	Nos demais deslocamentos.

▶ PLP 92/07

CUT pede a deputados voto contra a fundação estatal-privada

A CUT e entidades filiadas organizam nesta terça-feira (12.05) uma mobilização na Câmara para pressionar os deputados a votarem contra o PLP 92/07, que cria as fundações estatais de direito privado e permite a terceirização de praticamente todas as áreas do serviço público, a começar pela saúde, abrindo caminho para irregularidades de todo tipo. As delegações se encontrarão na entrada do Anexo 2, a partir das 10h. O PLP 92/07 é uma inaceitável iniciativa do governo Lula em continuidade à

política do governo anterior. Em 15.08.07, mais de 20 mil manifestantes do Dia Nacional de Luta da CUT pediram o arquivamento do PLP. A reivindicação pautou as 4ª e 5ª Marchas Nacionais da Classe Trabalhadora, organizadas pela CUT que, juntas, reuniram mais de 60 mil militantes em Brasília. Na contramão dessa mobilização, o governo insiste com o projeto que, se aprovado, poderá aprofundar a situação crítica que já existe em virtude das terceirizações, consultorias e contratos temporários.

▶ Seções Sindicais

Repasse de recursos vai começar

Foi um sucesso o I Encontro de Gestão Financeira para as Seções Sindicais. Com a participação de 41 coordenadores e tesoureiros de 28 seções, o evento unificou a linguagem dos elementos de contabilidade e deu o pontapé inicial para o repasse de recursos que já começa este mês para as Seções que participaram do encontro. Acesse o regimento das Seções Sindicais no www.sindsep-df.com.br.



■ 05.05: Encontro de Gestão reúne 41 delegados de 28 Seções Sindicais

▶ MSAúde



■ 07.05: servidores da Saúde aprovam realização de seminário dia 29

Seminário discutirá reivindicações

Em assembleia realizada dia 07.05, os servidores do Ministério da Saúde aprovaram a realização de um seminário dia 29.05, no auditório Francisco Zoccoli na sede do sindicato, das 8h às 18h

Os participantes serão eleitos em assembleias por local de trabalho do MSAúde no Distrito Federal. O objetivo do encontro é

aprofundar a discussão dos problemas que afetam os servidores do órgão e debater ações para intensificar a luta pelo atendimento das reivindicações, que incluem, entre outros itens: plano de carreira, plano de saúde, redução da carga horária de 40h para 30h, e a reabertura do prazo para a opção na Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.

Um dos destaques da assembleia foi a participação dos servidores efetivos recém concursados, que já chegaram se inteirando dos problemas e se engajando na luta. O Sindsep-DF aproveitou a oportunidade para dar as boas-vindas aos novos servidores destacando a importância da integração com os mais antigos.

Sindsep participa da posse da nova direção da Assinagro

A cerimônia de posse da nova Diretoria Colegiada e do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Assinagro) reuniu, dia 05.05, representantes do governo e das entidades de classe. Foram convidados a compor a mesa o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e presidente substituto do Incra, Roberto Kiel; os diretores do Incra Eva Sardinha e Celso Lacerda; o



■ 05.05: mesa da cerimônia de posse da nova Diretoria Colegiada e do Conselho Fiscal da Assinagro

diretor da CNASI, José Parente; o então diretor presidente da Assinagro, Wellington Fernandes, e o

diretor do Sindsep-DF e da Condsef, Edison Cardoni. Leia mais em www.sindsep-df.com.br.

▶ Funai

Sindicato reitera pedido de audiência

Há cinco meses, o Sindsep-DF aguarda o agendamento de uma reunião com o diretor de Administração da Funai, Vladimir Nepomuceno, para tratar da cessão de espaço físico para o fun-

cionamento da Seção Sindical. Até agora, o sindicato não recebeu nenhuma resposta oficial. A direção do sindicato está reiterando o pedido na perspectiva de ser atendido nos próximos dias.

▶ MRE

Vigília acompanhará reunião no Planejamento

Os Servidores do Ministério das Relações Exteriores (MRE) realizam nesta quinta-feira, dia 14.05, uma vigília em frente ao Ministério do Planejamento (bloco C) para acompanhar a reunião com a Secretaria de Recursos Humanos. O setor reivindica a instalação de um Grupo

de Trabalho que viabilize a inclusão de cerca de 350 servidores que estão enquadrados no PCC/PGPE nas carreiras do Serviço Exterior Brasileiro. A reunião na terça-feira está agendada para as 15h e marca o início das negociações com a definição de uma agenda de trabalho.

Custo dos exames periódicos é responsabilidade do governo

Uma conquista da Lei 11.907/09 (oriunda da MP 441) é a determinação de submeter os servidores a exames médicos periódicos. Tal prática se integra nas ações preventivas necessárias à promoção da saúde. Alguns gestores de Recursos Humanos, no entanto, estão provocando uma verdadeira confusão ao "exigir" que os servidores apresentem comprovação dos exames periódicos sem que o governo tenha disponibilizado as condições para sua realização. Essa atitude é totalmente contraditória com o Decreto 6.833/09, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal e atribui ao governo federal a responsabilidade pelas ações de prevenção à saúde do servidor.

No momento da edição do Decreto, inclusive, o próprio MPlanejamento noticiava que a liberação orçamentária para o programa já contava com parecer favorável da Secretaria de Orçamento Federal. Por que, então, há gestores que exigem que os servidores paguem pelos exames? Caso isso ocorra em seu local de trabalho, procure imediatamente o Sindsep-DF.

STF aceita contagem especial de tempo para aposentadoria dos servidores

No dia 08.05, o ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou procedente em parte o Mandado de Injunção nº 880/2008, no qual o Sindsep-DF, junto com as demais entidades filiadas à Condsef, é parte. O mandado visa a declarar a omissão

legislativa do presidente da República em regulamentar o tempo trabalhado em condições especiais no setor público.

O direito à aposentadoria especial dos servidores está previsto no artigo 40 da Constituição, mas sua aplicação depende

de regulamentação. Assim, os servidores só podiam se aposentar se cumprissem o tempo de contribuição mínimo de 35 anos, para homens, e de 30 anos, para as mulheres. Leia mais sobre o assunto em www.sindsep-df.com.br.

▶ Funasa

PASUS-DF para os servidores da Funasa no DF!

O secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Ferreira, recebeu em 06.05 a Comissão de Mobilização, a Seção Sindical do Sindsep-DF na Funasa, o deputado distrital Brunelli e representantes do GDF. Na pauta o pagamento da Parcela Autônoma de integração ao Serviço Único de Saúde do DF (PASUS-DF) aos servidores da Funasa no DF.

O GDF informou que o governo Arruda editou um PL de contenção de gastos, já aprovado na Câmara Legislativa do DF, e não pode atender a reivindicação por meio do Fundo Constitucional. Pediu ao governo federal para encontrar outro caminho visando ao atendimento do pleito.

Duvanier insistiu na necessidade de se buscar uma alternativa para a solução do problema, mas não apontou qual seria. O Sindsep-DF argumentou que não é justo que os trabalhadores paguem pela crise. Os servidores da Funasa não podem deixar de conquistar a PASUS principalmente porque tiveram

um duplo prejuízo com a retirada da Indenização de Campo e sua não inclusão na GACEN (Gratificação de Atividade e Combate às Endemias).

Para a continuidade das negociações, o deputado Brunelli solicitará audiência com o governador Arruda, que contará com a presença do Sindsep-DF.

A Seção Sindical e a Comissão de Mobilização dos servidores da Funasa prestam contas do seu trabalho

A luta pela conquista da PASUS-DF aos servidores da Funasa é um desdobramento de todo o trabalho realizado primeiro pela Comissão de Mobilização e, depois, pela nova Seção Sindical do Sindsep-DF na Funasa. Conheça uma retrospectiva desse trabalho.

- 1- A Comissão foi eleita em assembleia da Funasa em junho/08 para viabilizar a PASUS e as 30 horas (redução de carga horária).
- 2- A Seção Sindical é formada pelos delegados eleitos por votação em urna, dias 19 e 20.11.08. A chapa 1 obteve 85% dos votos.
- 3- As 30 horas para o ser-



06.05: Seção Sindical e Comissão de Mobilização dos servidores da Funasa em reunião com o GDF e a SRH do Planejamento para garantir o pagamento da PASUS

vidor da Funasa que está cedido ao GDF já foram conquistadas conforme portaria de 23.10.08.

4- O sindicato formalizou no GDF requerendo o pagamento da PASUS. A luta continua, com desdobramentos como a audiência na SRH noticiada nesta página.

5- Quanto à GACEN houve uma vitória parcial. No início, apenas 30% da categoria estava contemplada. Em nível nacional, fizemos inúmeros atos, vigílias, passeatas, trabalho parlamentar e greve de 30 dias para incluir todos os cargos. Obrigamos o governo a apresentar uma segunda proposta com mais 11 cargos na gratifi-

cação, num total de 13. A Condsef orientou seus sindicatos filiados a votar essa proposta em assembleias e ela foi aprovada. Hoje, 50% da categoria no DF está com a GACEN e, para os demais, está sendo viabilizada a PASUS.

6- Negociamos com o GDF o ponto dos servidores que aderiram à greve e nenhum teve seu ponto cortado.

7- A distribuição de protetores solares para os servidores de campo, que não tinham nenhuma proteção, foi outra conquista do sindicato.

8- A troca dos uniformes dos Agentes de Campo em

substituição aos que estavam velhos e rasgados, além de novas botas para o desempenho de suas funções também foram produto da luta sindical da categoria.

9- Já está viabilizada a instalação da sala da Seção Sindical no prédio da Funasa para receber os servidores para divulgação de informes, esclarecimento de dúvidas e plano jurídico.

10- Por meio da negociação conseguimos autorização para que a Associação dos Servidores da Funasa pudesse vender refeições aos servidores enquanto não é instalado um restaurante.

11- Também foi conquistada do Sindsep-DF a reforma dos elevadores do prédio da Funasa.

12- Em 27 de maio o Sindsep-DF promove o Seminário dos Servidores da Funasa (envolvendo os servidores da Presidência e os cedidos ao GDF). Serão discutidos assuntos como o PL 3.958 que retira atribuições da Funasa, a lotação dos servidores cedidos e a PASUS.

▶ AGU

Direção tenta explicar metas institucionais

Na semana passada, o Sindsep-DF e os servidores questionaram a administração sobre a Portaria 124/09-AGU, que regulamentou a parte institucional da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo (GDAA). Diante da pressão, a AGU promoveu reunião tentando explicar as metas institucionais propostas. Explicou, mas não convenceu.

Isso porque o cumpri-

mento de tais metas depende do trabalho de numerosos trabalhadores que atuam na AGU mas que nada têm a ver com a GDAA, como é o caso de advogados, procuradores, terceirizados, estagiários e requisitados.

Nessas condições, como os servidores públicos administrativos –que inclusive são minoria!- podem aceitar que parte significativa do seu salário passe a depender da atividade de

outros trabalhadores?

Da reunião, ficou a perspectiva de os gestores da casa estudarem a possibilidade de as metas de consumo (como papel, toner, energia elétrica e copos descartáveis!) serem transformadas em informações gerenciais para fins de diagnóstico. Seria um recuo do governo? Não interessa o recuo, interessa desvincular tais metas da gratificação dos servidores.

▶ MPlanejamento

Ato pela extensão da GSISTE e plano de carreira

Indignados com a forma como a direção do MPlanejamento vem tratando as suas reivindicações, os servidores do órgão realizaram um ato nesta terça-feira, dia 12.05, às 10h, em frente ao bloco K. O protesto é para cobrar a extensão da GSISTE para todos os servidores da casa e um plano de carreira específico.

O setor questiona o fato de que a distribuição da GSISTE no ministério tem caráter seletivo, mas em outros órgãos gratificações similares são extensivas a todos os servidores do quadro. Além disso, a GSISTE,

que nasceu no MP, passa a ser distribuída em todos os órgãos. É a adoção da política de terra arrasada, dividir para governar. No próprio ministério, instituiu-se a GSISPE destinada à área de Informática.

Na linha dos planos especiais de cargos concedidos à Fazenda, à FUNAI, ao FNDE, entre outros, o setor defende a concessão da Gratificação Específica do Órgão. Não dá mais para continuar na cegueira gerencial, onde se destrói o órgão internamente ignorando a força de trabalho. Todos ao ato!

EXPEDIENTE: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Carlos Henrique, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Jacinto Pereira Teles, Juvenal Gonçalves de Souza Lima, Oton Neves, Roberto Glauber, Thereza Alencar – Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Assistente de Redação: Leide Santos. Estagiária: Cleide Portela – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 15.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

Impasses nas negociações

Três Grupos de Trabalho que já estavam funcionando caminham para impasses. A negociação do DNIT também. Caso o governo cristalize posições diametralmente opostas às dos servidores - e até dos próprios gestores dos órgãos - estará pavimentando o caminho para o confronto.

MFazenda

O PECFAZ é para todos!

O GT Fazendário foi instituído em outubro de 2008, começou a funcionar em novembro e deveria terminar em fevereiro de 2009. Mas após a reunião de 10.12.08, os encontros marcados para 28.01 e 03.02.09 foram adiados com a justificativa de que a equipe da SRH estava envolvida com o envio da MP 441 à Casa Civil. A reunião de 31.03 foi transferida para 24.04 sob alegação de falta de condições técnicas. Adiada novamente, ela só aconteceu em 05.05, quando a SRH expôs o teor do relatório do

GT, mas não o repassou aos servidores porque não teria sido avaliado pelas chefias superiores.

Por si só, o fato já criaria tensão na mesa. A situação se agravou quando a SRH alegou impossibilidades jurídicas para enquadrar nas novas denominações os cargos da atual estrutura – “aglutinação de cargos”, na linguagem tecnocrática. Tal limitação valeria para todos os atuais cargos de nível superior e alguns de nível médio.

Na própria reunião, a coordenadora-geral de

Recursos Humanos da Fazenda já contestou a interpretação jurídica da SRH do Planejamento.

Após muita discussão o governo ficou de reavaliar sua posição.

O Sindsep-DF e demais sindicatos da Condsef já estão preparando um Encontro Nacional Fazendário para os dias 27 e 28 de maio, em Brasília. A categoria vai à luta para conquistar a criação dos cargos do PECFAZ, o enquadramento dos atuais existentes na Fazenda e a reestruturação salarial.

MMA

Minc travado junto com o Planejamento

No dia 07.05, o acordo dos servidores do MMA com o governo completou um ano. Mas as direções do MPlanejamento e do MMA não demonstram muita pressa em cumprir integralmente o que foi assinado.

Nesta altura, já deveria ter sido concluído o Grupo de Trabalho de reestruturação da carreira, cujo funcionamento estava previsto para atuar de maio a novembro de 2008 (Aviso nº 43/GM/MMA, de 13.03.06).

Não apenas esse prazo não foi respeitado, mas as reuniões estão interrompidas desde março. Desde então, a Condsef e a Asibama Nacional vem tentando se reunir com o mi-

nistro Carlos Minc, mas sem encontrar receptividade para dialogar.

No dia do aniversário do acordo, 07.05, a seção sindical do Sindsep-DF no MMA fez sua primeira reunião de estruturação. E no dia 08.05 uma assembleia renovou a disposição dos servidores para encarar um período de mobilizações.

De 12 a 15.05, em Belo Horizonte, ocorre o 2º Congresso Ordinário dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, organizado pela Asibama Nacional. Em pauta, a definição de estratégias para pressionar o governo a cumprir todos os compromissos assumidos.

AGU

SRH não quer Plano de Carreira da AGU

A primeira reunião do GT que discute a reestruturação da carreira administrativa da AGU ocorreu no dia 5.11.08. O prazo final para a conclusão dos trabalhos era 31.01.09. Mas, no dia 18.12.08, as reuniões do GT foram suspensas sem que uma nova data fosse definida. Somente em 03.03 deste ano, o Planejamento garantiu uma agenda de reuniões, com duas datas pré-definidas, 24.03 e 23.04, e o término das atividades previsto para 21.05.

O problema é que as discussões do grupo não estão evoluindo. Na reunião

do dia 06.05, a SRH/MP apresentou o esboço do relatório para ser analisado pelas partes e encaminhadas emendas. Ficou, então, muito claro que o governo não quer construir um plano de carreira e sim aproveitar ou criar novos cargos no PGPE.

Tal posição foi refutada tanto pela bancada sindical quanto pelos representantes da AGU que, desde no início do GT, já tinham estabelecido uma posição consensual de que o problema do setor só se resolveria por meio de uma carreira, englobando todos os servidores.

DNIT

Governo arrasta negociações e ainda não cumpriu o acordo

Depois de um acordo firmado em 7.05.08 e muitas idas e vindas, retomada de paralisações, descontos de ponto e duras negociações, o governo apresentou, em 19.11, a proposta de “bônus quadrimestral” para posterior discussão da reestruturação remuneratória. Em 08.12, o governo aceitou a contraproposta da cate-

goria de bônus trimestral, com assinatura do acordo marcada para 15.12. Depois disso, novamente, muitas reuniões e proteção até que o governo alegou problemas “jurídicos e técnicos”, não assinou o novo acordo e propôs a substituição por um prêmio com valor inferior ao bônus, o que a categoria não aceitou.

Instalação dos novos Grupos de Trabalho

Depois de muita protelação, a SRH do MPlanejamento, em reunião com a Condsef dia 06.05, se comprometeu a instalar GTs para: Inbra, Imprensa Nacional, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Ministério da Cultura, INEP, FNDE, DNPM, Arquivo Nacional e DNIT. Para temas como diagnóstico e racionalização de cargos, a

SRH pretende realizar reuniões agrupando esses setores. Na próxima terça-feira (19.05), às 15h, serão definidas as agendas e a metodologia das discussões. O GT da Previdência, Saúde e Trabalho e o das Agências Reguladoras serão discutidos em reunião conjunta com outras entidades sindicais que atuam na categoria.